

Saúde sem populismo

MARIA EMÍLIA AMARAL

Concluída a primeira etapa da sucessão municipal, é chegado o momento de os candidatos à Prefeitura apontarem soluções para a crítica situação da saúde no Rio. Os eleitores esperam que César Maia e Benedita da Silva respondam com programas objetivos à expectativa da cidade em ter de volta a estrutura ambulatorial e hospitalar perdida nos últimos dez anos.

O Rio de Janeiro é a cidade da Federação que tem a maior rede pública de saúde — 89 ambulatórios e 42 hospitais, administrados pelo Inamps, estado e município. Em tese, esses números seriam mais do que suficientes para garantir à população um atendimento médico-hospitalar de boa qualidade, o que efetivamente não ocorre. A desordem administrativa começa pela falta de integração, inexistência de um perfil que identifique a qualificação das unidades, superposição de serviços afins nas mesmas áreas, enquanto outras sofrem de carência crônica, e pela não resolutividade da absoluta maioria dos centros médicos de maior ou menor porte. Isto para não falar do mal resultante da falta de vontade política, incompetência gerencial e fisiologismo partidário, que os cariocas esperam ter conseguido banir da cidade após o resultado do primeiro turno das eleições.

É preciso que os dois concorrentes à Prefeitura do Rio se posicionem em relação à catástrofe que destruiu os hospitais da Zo-

na Oeste da cidade — Rocha Faria, Pedro II, Carlos Chagas e Albert Schweitzer. Essas unidades, negligenciadas pela administração estadual, hoje não têm condição de atender às necessidades mínimas da população. Suas áreas físicas encontram-se em péssimo estado, seus diretores não têm autonomia financeira, seus estoques estão desabastecidos e seus profissionais subsalariados. A saída para esse caos tem sido a remoção dos pacientes muitas vezes em situação de risco, para os dois maiores hospitais de emergência da cidade — Souza Aguiar e Miguel Couto. Vidas têm sido perdidas nessa romaria da morte, durante o longo trajeto das ambulâncias ou já nas salas abarrotadas de um deles.

Foram tímidas as medidas tomadas pelo prefeito Marcello Alencar para a municipalização da saúde na Zona Oeste, que continua sob o comando do Governo do estado e em plena deterioração. Apesar do empenho reconhecido do secretário municipal de Saúde, Ronaldo Gazzola, atendendo à reivindicação das Comissões de Ética Médica de transformar o Hospital Rocha Faria em um pólo de atendimento às emergências, pouco foi feito naquela região.

Municipalizar a saúde como forma de justiça social e eficiência de serviços é questão definida pela Constituição brasileira. Caberá ao próximo prefeito a tarefa de negociar com o estado e a União o repasse de recursos para que a municipalização se dê de maneira continuada e sem interrupções. Não poderá ele, no entanto, prescindir da participa-

ção de setores organizados e não partidários da sociedade, como o Conselho Regional de Medicina, que tanta experiência tem acumulado, especialmente no Rio de Janeiro.

Tarefa maior será descobrir o que fazer com as milhares de pessoas que residem nos municípios da Baixada Fluminense e se socorrem nos serviços médicos da cidade do Rio de Janeiro, pela absoluta carência daquela região. Para uma população estimada em cinco milhões de pessoas, há somente um hospital geral superlotado e semidestruído, que atualmente passa por sua pior crise — o Hospital da Posse, em Nova Iguaçu. O atendimento primário, que a partir de 1988 e até meados de 1989 era executado pelos 14 postos médico-sanitários instalados em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João do Meriti, está totalmente desativado após a extinção do Pesb (Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense). Há que ser repensada a participação dos Governos federal e estadual nessa região, historicamente abandonada pelo poder público.

Em suma, a população carioca tem claras as prioridades de governo que deseja ver implementadas. O drama social impõe que os debates para o segundo turno das eleições aprofundem a discussão sobre essas questões, e as proposições sejam claras, objetivas e pragmáticas.

Não há mais lugar na política para o sectarismo, o populismo ou a improvisação nestes novos tempos.

Maria Emilia Amaral é presidente da Comissão de Ética do Hospital Souza Aguiar.